

Kakau Seguradora S.A.
CNPJ 43.409.064/0001-53

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024

Kakau Seguradora S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.b e 6	333	-	Contas a pagar		-	-
Títulos e valores mobiliários	5.b e 7.a	3.319	1.162	Impostos, encargos e contribuições sociais a recolher	10	1.102	132
Créditos das operações com seguros	8 e 9.b	1.643	637	Outras contas a pagar		-	-
Impostos a compensar		177	23				
		-----	-----	Provisões técnicas			
Total do ativo circulante		5.472	1.822	Sinistros a liquidar	9.b e 11.a	253	179
				IBNR	11.a	140	144
				PPNG	11.a	618	251
						-----	-----
				Total do passivo circulante		2.113	706
				Patrimônio líquido			
				Capital social	12.a	1.001	1.001
				Capital Social (em aprovação)		1.700	-
				Reserva de lucros	12.b	658	115
						-----	-----
				Total do patrimônio líquido		3.359	1.116
						-----	-----
Total do ativo		5.472	1.822	Total do passivo e patrimônio líquido		5.472	1.822

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kakau Seguradora S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prêmios emitidos	13.a	11.265	2.879
Variações das provisões técnicas de prêmios	11.b	(367)	(181)
Prêmios ganhos	13.c	10.898	2.698
Sinistros ocorridos	11.c e 13.d	(4.756)	(1.645)
Outras receitas e despesas operacionais		-	4
Comissões	13.e	(4.592)	(681)
Despesas administrativas	14	(362)	(329)
Despesas com tributos	15	(430)	(171)
Receitas financeiras	16	239	132
Despesas financeiras		(131)	(6)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		866	2
Imposto de renda	17	(193)	-
Contribuição social	17	(130)	-
Lucro líquido do exercício		543	2
Quantidade de ações		108.500	100.000
Lucro por ação - R\$		5,00	0,02

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kakau Seguradora S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro do líquido exercício	543	2
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>543</u>	<u>2</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kakau Seguradora S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	543	2
Variação nas contas patrimoniais:		
Caixa e equivalentes de caixa	333	-
Títulos e valores mobiliários	(2.491)	(94)
Créditos das operações com seguros	(1.006)	(222)
Impostos a compensar	(154)	(24)
Contas a pagar	-	(1)
Impostos, encargos e contribuições sociais a recolher	970	48
Outras contas a pagar	-	(10)
Provisões técnicas - seguros	438	298
	(1.910)	(5)
Caixa líquido aplicado nas operações	(1.910)	(5)
	(1.367)	(3)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.367)	(3)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital em aprovação	1.700	-
	1.700	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.700	-
	333	(3)
Aumento / (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	333	(3)
No início do exercício	-	3
No final do exercício	333	-
	333	(3)
Aumento / (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	333	(3)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kakau Seguradora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital social em aprovação pela SUSEP</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva estatutária</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.001	-	5	110	1.116
Portaria Susep Nº 15414.631175/2024-54		900			900
Portaria Susep Nº 15414.602971/2025-61		800			800
Lucro líquido do exercício	-	-	-	543	543
Destinação do resultado					
Constituição de reserva legal	-	-	27	(27)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.001	1.700	32	626	3.359

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório Administração

Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Kakau Seguradora S.A. relativas ao exercício de 2024, apuradas com base na regulamentação vigente.

A Kakau Seguradora S.A. foi constituída em 20 de abril de 2022, sendo autorizada a operar no mercado de seguros a partir de 11 de outubro de 2022, de acordo com a Portaria SUSEP nº 8017. A seguradora foi constituída para participar, inicialmente, do ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), definido pelas Resolução CNSP nº 381, de 04 de março de 2020 bem como pela Circular SUSEP nº 598, de 19 de março de 2020 e posteriores alterações.

A Kakau Seguradora S.A. segue com as ações de estruturação de sua operação de forma organizada com o objetivo de maximizar suas atividades comerciais e de emissão de apólices em 2024. Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de seguros de bens (celulares e bicicletas).

Governança corporativa

A Kakau Seguradora S.A. está em constante aprimoramento de controles internos e melhorias dos processos operacionais, buscando a excelência na operação técnica e gestão de riscos e combate a fraudes.

Perspectiva

A Kakau Seguradora S.A. mantém suas expectativas e foco contínuo no crescimento sustentável de suas operações, bem como a manutenção dos investimentos previstos para o futuro.

Agradecimentos

Ao encerrarmos o exercício de 2024, registramos os agradecimentos da Administração aos colaboradores, pela dedicação e empenho, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados, aos consultores por acreditarem e participarem da construção da Kakau Seguradora S.A. e aos reguladores, pela supervisão e orientações prestadas.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

1. Contexto operacional

A **Kakau Seguradora S.A. (“Companhia”)**, é uma sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 20 de abril de 2022 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária e autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 8017, de 11 de outubro de 2022 pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), de acordo com a Resolução CNSP nº 381 de 04 de março de 2020 e Circular SUSEP nº 598 de 19 de março de 2020.

A Companhia tem por objeto social operar com seguros de danos do grupo patrimonial nos ramos bicicletas e celulares e suas atividades comerciais se iniciaram em outubro de 2022.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 28 de fevereiro de 2025.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas que atuam no modelo regulatório experimental do Sandbox, nos termos da Resolução 381, de 04 de março de 2020, incluindo os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com a referida resolução e incluem os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1).

b. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção das provisões técnicas que seguem os critérios da SUSEP por meio da Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020 e dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

e. Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse pressuposto. A Companhia possui a licença para operar no Sandbox Regulatório da Susep até outubro de 2025, no entanto, antes do término do prazo legal a Companhia pretende solicitar autorização definitiva da SUSEP para operar como Seguradora na categoria de segmentação S3, conforme Resolução CNSP nº 388, de 08 de setembro de 2020.

3. Resumo das principais práticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais discriminadas abaixo foram aplicadas nas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como 'caixa restrito', bem como itens de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros.

b. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado; e
- Empréstimos e recebíveis.

A Resolução nº 381 de 4 de março de 2020 estabelece que as sociedades seguradoras participantes do Sandbox Regulatório devem seguir os critérios para o registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas dispostos Capítulo VI, Seção III, da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, além daqueles dispostos na regulação vigente do Conselho Monetário Nacional que se aplica às sociedades seguradoras.

Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

3. Resumo das principais práticas contábeis materiais

c. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado ao seu valor justo.

3. Resumo das principais práticas contábeis materiais

d. Passivos financeiros

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

e. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os títulos de renda fixa privados têm seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira e se aproximam ao seu valor de mercado.

f. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Uma provisão passiva é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui contingências ativas e passivas.

3. Resumo das principais práticas contábeis materiais

g. Classificação dos contratos de seguros

O CPC 11 define que um contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. A Administração da Companhia procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pela SUSEP.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão da respectiva apólice ou pelo início da vigência do risco para riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos.

h. Provisões Técnicas

A regulamentação vigente que institui regras e procedimentos relacionados às Provisões Técnicas das sociedades seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) é a Resolução CNSP nº 381 de 4 de março de 2020 e alterações posteriores.

De acordo com esta Resolução, a Companhia constitui as seguintes provisões técnicas:

A Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG corresponderá ao valor, em moeda nacional, da parcela não apropriada do prêmio comercial - bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido - emitido até a data das demonstrações financeiras.

A apropriação do prêmio deverá ser consistente com a distribuição de probabilidade da ocorrência do evento coberto ao longo da vigência do risco.

Para fins de simplificação, poderá ser adotada a apropriação linear do prêmio emitido ao longo da vigência da cobertura correspondente.

3. Resumo das principais práticas contábeis materiais

Para os casos de seguros intermitentes, a PPNG corresponderá ao valor do prêmio comercial referente aos créditos remanescentes vigentes na data-base de cálculo.

A Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR corresponderá ao montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras.

A Provisão de Valores a Regularizar – PVR abrangerá os valores de prêmios a restituir e demais valores a regularizar com os segurados.

i. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

j. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os prêmios de seguros e os respectivos custos de aquisição são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência dos riscos cobertos.

4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.	01/01/2025

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros.

5. Gerenciamento de riscos

A SUSEP estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros:

a. Risco de seguros

Estratégia de subscrição: A Companhia realiza um processo de seleção de riscos com base em perfis de interesse, visando atingir uma frequência de sinistros apropriada para a carteira e minimizar incidentes de fraude. Os perfis de interesse para os produtos de cobertura de Ramos bicicletas e celulares são avaliados por meio de modelos e tecnologias proprietárias para atingimento de resultados consistentes e redução de vieses de julgamento humano.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros.

Do ponto de vista dos recebíveis, a Companhia realiza cobranças mensais via cartão de crédito, com captura de recebível no início da vigência do contrato. Esses recebíveis se caracterizam como líquidos e certos, conferindo um risco de crédito reduzido para a Companhia.

Os ativos financeiros da Companhia são alocados com base em uma política de elevada liquidez e baixo risco, concentrando-se em CDBs.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil:

Ativo	2024	
	Rating BB-	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	333	333
Títulos e valores mobiliários	3.319	3.319
Exposição máxima ao risco de crédito	3.652	3.652

Ativo	2023	
	Rating BB-	Rating BB-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.162	1.162
Exposição máxima ao risco de crédito	1.162	1.162

5. Gerenciamento de riscos - continuação

c. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.

A Companhia adota as regras de investimento determinadas pela SUSEP e pelo Conselho Monetário Nacional para assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações. Os recursos são alocados em liquidez imediata em Letras Financeiras do Tesouro – SELIC e fundos de investimentos DI, para suprir as necessidades da companhia.

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, ações concorrenciais ou mudanças sociais podem ter sobre a Companhia.

A Companhia monitora esses riscos através de pesquisas, gestão de ativos financeiros, análises concorrenciais e testes de sensibilidade que demonstram os impactos possíveis no resultado.

Taxa de juros

A Companhia gerencia seus ativos financeiros visando reduzir o impacto de uma mudança drástica nas taxas de juros, mantendo suas aplicações financeiras em títulos privados indexados à variação do CDI.

Os impactos no resultado devido a uma oscilação na taxa de juros estão demonstrados abaixo:

Classe	Premissas	Saldo Contábil	Variação resultado	31/12/2024 Impacto no Resultado
Ativos Financeiros	Aumento de 3% na taxa CDI	3.652	7	3%
Ativos Financeiros	Redução de 3% na taxa CDI	3.652	7	(3%)

Classe	Premissas	Saldo Contábil	Variação resultado	31/12/2023 Impacto no Resultado
Ativos Financeiros	Aumento de 3% na taxa CDI	1.162	4	3%

Ativos Financeiros	Redução de 3% na taxa CDI	1.162	(4)	(3%)
--------------------	---------------------------	-------	-----	------

5. Gerenciamento de riscos - continuação

e. Risco operacional

A Companhia define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios.

Sinistralidade

Os impactos no resultado devido a variação na sinistralidade estão demonstrados abaixo:

Classe	Taxa de sinistralidade sem IBNR	Saldo contábil	31/12/2024	
			Variação resultado	Impacto no resultado
Sinistralidade	43,68%	4.761	4.761	100%

Classe	Taxa de sinistralidade sem IBNR	Saldo contábil	31/12/2023	
			Variação resultado	Impacto no resultado
Sinistralidade	56,93%	1.536	1.536	100%

f. Risco de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas.

A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pela CNSP e SUSEP. Vide Nota Explicativa nº 12.d.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	333	-

- (a) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

7. Títulos e valores mobiliários

a. Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado)

A classificação das aplicações financeiras por categoria é apresentada da seguinte forma:

Os ativos financeiros marcados a valor justo pelo resultado seguem os critérios adotados na determinação dos valores de mercado, conforme estabelece o CPC 46, de Nível 2 na hierarquia do valor justo.

31/12/2024	Saldo contábil
Valor justo por meio do resultado	
Fundo BTG Pactual	3.319

31/12/2023	Saldo contábil
Valor justo por meio do resultado	
Fundo BTG Pactual	1.162

b. Movimentação das aplicações

	2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	2024
Banco Santander	-	3.783	(692)	228	3.319

	2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	2024
Fundo BTG Pactual	1.162	-	(1.173)	11	-

	2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos	2023
Fundo BTG Pactual	1.068	100	(138)	132	1.162

c. Ativos em cobertura de provisões técnicas

	2024	2023
Aplicação financeira vinculada	3.319	1.162
Total dos ativos em cobertura	3.319	1.162
Provisões Técnicas – Seguros	(1.011)	(574)
Total a ser coberto	(1.011)	(574)
Excedente de Cobertura	2.308	588

8. Crédito das operações com seguros

a. Operações com seguros

	Créditos com seguros	
	2024	2023
Seguros	1.643	637

9. Partes relacionadas

A Administração define como partes relacionadas à Kakau Seguradora S.A. o pessoal-chave da administração da Companhia, conforme definições contidas no CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas.

As transações entre as empresas do Grupo ocorreram de acordo com características acordadas entre as partes, as quais podem diferir das condições usuais de mercado.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não remunerou ao pessoal-chave da Administração.

b. Partes relacionadas - ativo e passivo

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Créditos a receber	1.643	637
Sinistros a pagar	(253)	(179)
Total	<u>1.390</u>	<u>458</u>

Valores a pagar e receber para empresa do Grupo Kakau Inovação Serviços de Tecnologia Ltda. que administrou parte das operações da Companhia durante os primeiros meses de operação.

10. Impostos, encargos e contribuições sociais a recolher

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto sobre operações financeiras - IOF	254	122
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	38	8
Programa de Integração Social – PIS	6	1
Parcelamento de impostos federais	478	-
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Programa de Integração Social - PIS s/ serviços terceiros	3	1
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	192	-
Contribuição Social Sobre o Lucro – CSLL	130	-
	<u>1.101</u>	<u>132</u>

11. Provisões técnicas – seguros

a. Provisões técnicas

Ramo	<u>2024</u>			Total
	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos, mas não avisados	
Bicicletas/celulares	618	253	140	1.011

Ramo	2023			
	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos, mas não avisados	Total
Bicicletas/celulares	251	179	144	574

b. Movimentação das provisões técnicas

	2023	Constituições	Reversões	Pagamentos	2024
Prêmios não ganhos	251	5.632	(5.265)	-	618
Sinistros a liquidar	179	8.494	(3.744)	(4.676)	253
IBNR	144	1.279	(1.283)	-	140
Total	574	15.405	(10.292)	(4.676)	1.011

	2022	Constituições	Reversões	Pagamentos	2023
Prêmios não ganhos	70	1.440	(1.259)	-	251
Sinistros a liquidar	172	3.966	(2.428)	(1.531)	179
IBNR	35	689	(580)	-	144
Total	277	6.095	(4.267)	(1.531)	574

c. Desenvolvimento de sinistros

Valores Brutos				
Mês/ano de ocorrência:		2022	2023	2024
Incorrido mais IBNR (i)				
Até a data-base:	(c)	210	1.685	4.757
Um ano mais tarde:		168	1.542	
Dois anos mais tarde:		168		
Três anos mais tarde:				
Quatro anos mais tarde:				
Cinco anos mais tarde:				
Posição em 31/12/2024	(a)	168	1.542	4.757
Pago Acumulado (i)				
Até a data-base:		(97)	(1.364)	(4.364)
Um ano mais tarde:		(168)	(1.541)	
Dois anos mais tarde:		(168)		
Três anos mais tarde:				
Quatro anos mais tarde:				
Cinco anos mais tarde:				
Posição em 31/12/2024	(b)	(168)	(1.542)	(4.364)
Provisão de Sinistros em 31/12/2024	(a)+(b)	-	-	393
	(d)			
	=(c)-			
Falta/Sobra acumulada	(a)	42	143	-
% da Falta/Sobra acumulada	(-b)/(d)	25%	9%	0%

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 100.000 (cem mil ações nominativas) no valor total de R\$ 1.001 (Um milhão e um mil Reais) sem valor nominal.

Atos Societários

Foi deliberado, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2024, o aumento do Capital Social no montante de R\$ 900, passando de R\$ 1.001 para R\$ 1.901, dividido em 104.500 (cento e quatro mil e quinhentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O aumento de capital encontra-se em processo para aprovação na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Foi deliberado, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de dezembro de 2024, o aumento do Capital Social no montante de R\$ 800, passando de R\$ 1.901 para R\$ 2.701, dividido em 108.500 (oito mil e quinhentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O aumento de capital encontra-se em processo para aprovação na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

b. Reserva de lucros

Compõem as reservas de lucros:

- **Legal:** 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social; e
- **Estatutária:** Dispõe o estatuto que o lucro remanescente será destinado a formação de reserva legal e reserva de contingência, cujo total não poderá exceder o capital social.

c. Dividendos

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, de acordo com a Lei nº 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os acionistas optaram por não realizar distribuições de dividendos.

d. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital – Estrutura Simplificada

A Resolução CNSP nº 381, em vigor a partir 4 de março de 2020, regula o cálculo do Capital Mínimo Requerido (CMR): Capital total que a sociedade seguradora participante do Sandbox Regulatório deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A tabela a seguir apresenta os níveis de suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) frente ao CMR e de liquidez em relação ao CMR, segundo os normativos vigentes.

13. Patrimônio líquido - continuação

d. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital – Estrutura Simplificada -- Continuação

O quadro abaixo representa o Capital Mínimo Requerido, segundo os normativos vigentes:

	2024	2023
Patrimônio líquido	3.359	1.116
(=) Patrimônio líquido ajustado (a)	3.359	1.116
Capital base (b) (*)	1.000	1.000
Capital de risco (c)	3.177	935
Capital mínimo requerido (d) , maior valor entre b e c	3.177	1.000
Suficiência de capital (e = a – d)	182	116
% Suficiência de capital (e/d)	6%	12%
Ativos em excesso à necessidade cobertura das provisões técnicas (**)	2.641	1.162
Liquidez em relação ao CMR	(536)	162
Liquidez em relação ao CMR (% do CMR)	(17%)	16%

(*) Capital base: Montante fixo de R\$ 1.000 que a sociedade seguradora participante do Sandbox Regulatório deverá manter, a qualquer tempo de acordo com a Resolução nº 381, de 4 de março de 2020;

()** Ativos em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, corresponde a somatória das aplicações e caixa e equivalentes de caixa.

14. Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos

	2024			Prêmio emitido líquido
	Emitido	Cancelado	Restituído	
Bicicletas e celulares	11.792	(527)	-	11.265
	2023			
	Emitido	Cancelado	Restituído	Prêmio emitido líquido
Bicicletas e celulares	2.996	(117)	-	2.879

b. Variação da PPNG

	Variação da PPNG	
	2024	2023
Bicicletas e celulares	(367)	(181)

c. Prêmios ganhos

	Prêmios ganhos	
	2024	2023
Bicicletas e celulares	10.898	2.698

d. Sinistros ocorridos e índice de sinistralidade

	2024	Sinistralidade	2023	Sinistralidade
Bicicletas e celulares	(4.756)	43,65%	1.645)	60,97%

O índice de sinistralidade foi calculado com base nos prêmios ganhos.

e. Comissões

	2024	2023
Comissão sobre prêmios emitidos - Riscos vigentes	(4.480)	(331)
Comissão de agenciamento - Riscos emitidos	(112)	(350)
Total	(4.592)	(681)

13. Despesas administrativas

	2024	2023
Propaganda e publicidade	(57)	(122)
Contabilidade e auditoria	(143)	(105)
Consultoria atuarial	(83)	(68)
Publicações legais	(13)	(25)
Assessores jurídicos	-	(4)
Outras despesas administrativas	(66)	(5)
Total	(362)	(329)

14. Despesas com tributos

	2024	2023
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(42)	(56)
Programa de Integração Social - PIS	(259)	(9)
Taxa de Fiscalização	(123)	(106)
Parcelamento Impostos Federais	(6)	-
Total	(430)	(171)

15. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras com títulos de renda fixa	239	132

16. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R\$ 240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota 15% em 2024.

	2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e participações	866	866
Adições/exclusões	-	-
Base de cálculo	866	866
Alíquota nominal	25%	15%
Total de tributos	193	130

	2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e participações	2	2
Adições/exclusões	-	-
Base de cálculo	2	2
Alíquota nominal	25%	9% e 16%
Total de tributos	-	-

18. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos significativos entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e aprovação destas demonstrações financeiras.

Diretoria

Henrique Lamosa Volpi
Presidente

Marcelo Francisco Loro
Diretor

Mauricio Gonçalves Camilo Pinto
Contador:- 1SP145786/O-7
CPF 063.394.778-44

Leonardo da Silva Tersino
Atuário:- MIBA 1686
CPF 222.183.678-23
